

# TRABALHADORAS DOMÉSTICAS: RELAÇÕES DE TRABALHO ANTES, DURANTE E APÓS A PANDEMIA

LUDIMILA CORRÊA BASTOS\*

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

 <https://orcid.org/0000-0003-3789-9710>

CARMEM LÚCIA EITERER\*\*

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

 <https://orcid.org/0000-0002-6978-155X>

## RESUMO

Esse artigo apresenta análise de parte dos dados produzidos em pesquisa de pós-doutorado, que buscou identificar como a pandemia de covid-19 afetou as relações de trabalho de alunas matriculadas na EJA que atuavam como empregadas domésticas até o momento em que se recomendou o isolamento social. A pesquisa de natureza qualitativa, pautada pela realização de entrevistas semiestruturadas, identificou que exerciam uma ocupação marcada por elevada informalidade, apesar de passada uma década da “PEC das Domésticas”, de modo que seus rendimentos não estavam garantidos em caso de ausência de trabalho. Os resultados mostram como o endurecimento das medidas de quarentena impactaram diretamente seus meios de subsistência. Dispensadas sem nenhum tipo de acerto ou apoio financeiro, a necessidade de sobrevivência foi fator decisivo para buscarem novas fontes de renda para subsistência, em vez de priorizarem o isolamento. Concluímos que vivem em seu dia a dia, ainda atualmente, consequências da pandemia, convivendo diariamente com os resultados das mudanças ocorridas naquele período no que diz respeito à vida profissional. Assim, o evento da pandemia causou uma mudança de efeitos

---

\* Possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2008) e mestrado em Educação (2011) pela mesma instituição. Doutora em Educação (2017), também pela UFMG. Trabalha, principalmente, com temas de pesquisa relacionados à gênero, trabalho doméstico e Educação de Jovens e Adultos. Possui experiência profissional como supervisora pedagógica na rede pública de ensino e como coordenadora pedagógica na rede privada. Professora das séries iniciais do Ensino Fundamental na EJA por muitos anos e atualmente, atua como diretora escolar na rede pública de ensino. E-mail: [ludimilacorrea@yahoo.com.br](mailto:ludimilacorrea@yahoo.com.br)

\*\* Graduada em Filosofia pela FFLCH-USP (Bacharel, 1992 e Licenciatura, 1993), Mestre em Educação pela FE-USP (Área Didática, sub área Linguagem e Educação - 1996) e Doutora em Educação pela FE-USP (Área Didática sub área Linguagem e Educação - 2001) com pós-doutorado pela UFBA e pela UFRJ. Professora Titular em Didática atua no Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino (DMTE) da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE-UFMG). Pesquisadora do NEJA - Núcleo de Educação de Jovens e Adultos desde 2002. Orienta diferentes pesquisas de mestrado e doutorado relativas à Educação de Jovens e Adultos (EJA), especialmente no recorte das especificidades dos sujeitos da educação. Integra a Linha de Pesquisa Educação, Cultura, Movimentos Sociais e Ações Coletivas do Programa de Pós Graduação em Educação: Educação e Inclusão Social desde 2005. Integra o grupo de pesquisa Didaktikê e a linha Didática e Docência no Programa de Mestrado Profissional - Promestre (FaE-UFMG) onde orienta estudos em temas relativos à Didática. E-mail: [eiterercarmem@gmail.com](mailto:eiterercarmem@gmail.com)

duráveis, expondo de modo ainda mais a necessidade de políticas públicas que atendam a essa população, diminuindo a sua fragilidade e aumentando suas possibilidades de reorganizar ou replanejar suas vidas, seus sonhos e projetos. **Palavras-chave:** Trabalho doméstico; Pandemia; Gênero; EJA.

## ABSTRACT

### DOMESTIC WORKERS: WORK RELATIONS BEFORE, DURING AND AFTER THE PANDEMIC

This article presents an analysis of part of the data produced in postdoctoral research, which sought to identify how the COVID-19 pandemic affected the work relationships of students enrolled in Adult Education (EJA) who were working as domestic workers until the moment social isolation was recommended. The qualitative research, based on semi-structured interviews, identified that they were engaged in an occupation marked by high informality, despite a decade having passed since the “Domestic Workers’ Amendment,” so that their income was not guaranteed in case of absence from work. The results show how the tightening of quarantine measures directly impacted their means of subsistence. Dismissed without any kind of settlement or financial support, the need for survival was a decisive factor in seeking new sources of income for subsistence, rather than prioritizing isolation. We conclude that they are still living with the consequences of the pandemic in their daily lives, coexisting daily with the results of the changes that occurred during that period with respect to their professional lives. Thus, the pandemic event caused a change with lasting effects, further exposing the need for public policies that address this population, reducing their vulnerability and increasing their possibilities to reorganize or replan their lives, dreams, and projects.

**Keywords:** Domestic work; Pandemic; Gender; Adult Education.

## RESUMEN

### TRABAJADORAS DEL HOGAR: RELACIONES LABORALES ANTES, DURANTE Y DESPUÉS DE LA PANDEMIA

Este artículo presenta un análisis de parte de los datos producidos en la investigación posdoctoral, que buscó identificar cómo la pandemia de covid-19 afectó las relaciones laborales de los estudiantes matriculados en EJA que se desempeñaron como trabajadores domésticos hasta el momento en que se recomendó el aislamiento social. La investigación cualitativa, basada en entrevistas semiestructuradas, identificó que ejercían una ocupación marcada por la alta informalidad, a pesar de que había pasado una década desde el “PEC de las empleadas domésticas”, por lo que sus ingresos no estaban garantizados en caso de ausencia laboral. Los resultados muestran cómo el endurecimiento de las medidas de cuarentena ha impactado directamente en sus medios de vida. Despedidos sin ningún tipo de acuerdo o apoyo financiero, la necesidad de supervivencia fue un factor decisivo para que buscaran nuevas fuentes de ingresos para subsistir, en lugar de priorizar el aislamiento. Concluimos que viven en su vida cotidiana, aún hoy, las consecuencias de la pandemia, conviviendo

diariamente con los resultados de los cambios ocurridos en ese período con respecto a la vida profesional. Así, el evento de pandemia provocó un cambio de efectos duraderos, exponiendo aún más la necesidad de políticas públicas que atiendan a esta población, reduciendo su fragilidad e incrementando sus posibilidades de reorganizar o replanificar sus vidas, sueños y proyectos.

**Palabras clave:** Trabajo doméstico; Pandemia; Género; EJA.

## INTRODUÇÃO

Apresentamos uma análise de parte dos dados produzidos em pesquisa de pós-doutorado, desenvolvida em uma Faculdade de Educação, em Belo Horizonte (MG), que buscou identificar como a pandemia de covid-19 afetou as relações de trabalho de alunas matriculadas na EJA que atuavam como empregadas domésticas no momento em que se recomendou o isolamento social. A pesquisa de natureza qualitativa, buscou considerar, passada uma década da “PEC das Domésticas”, os possíveis efeitos dessa legislação tendo em vista o contexto da pandemia.

Neste artigo<sup>1</sup>, buscamos discutir como as trabalhadoras domésticas vivenciaram o período de isolamento social e quais os efeitos desse período sobre seu trabalho e seus cotidianos. Entrevistamos quatro mulheres, de faixas etárias distintas, que atuavam como empregadas domésticas, ex-alunas de turmas de alfabetização na Educação de Jovens e Adultos durante o período da pandemia. Os resultados mostram como o endurecimento das medidas de quarentena, incidiram em seus meios de subsistência e, na maioria dos casos, a necessidade de sobrevivência conflitou com a necessidade de isolamento e autocuidado.

Em 2013 foi promulgada no Brasil a Emenda Constitucional nº 72, mais conhecida como a “PEC das Domésticas”, com objetivo de proporcionar aos empregados domésticos acesso a direitos trabalhistas. Uma década após a sua promulgação, no entanto, vivenciando um contexto de pós-pandemia, a nosso ver, tornou-se muito relevante, compreender os

possíveis efeitos decorrentes das reformas trabalhistas aprovadas, além de aprofundar a reflexão sobre como o racismo estrutural concorre para a fragilidade e (in)visibilidade desses trabalhadores.

Como Benedito (2008), não podemos deixar de considerar que um processo histórico de inferiorização do povo negro e, em especial, da mulher negra, se mantém no Brasil ainda atualmente, como resultado de uma herança cultural racista e discriminatória. A autora destaca que o racismo é comprovado por estatísticas oficiais que evidenciam obstáculos à ascensão social de negros em todas as esferas da sociedade, sobretudo na escolarização e no mercado de trabalho.

Além do exposto acima, verificamos que em 2020 tivemos o início da pandemia de covid-19, que matou quase 700.000<sup>2</sup> pessoas no Brasil. Dentre essas, as pessoas negras constituíram o grupo mais vulnerável, constando entre as que mais morreram e menos tiveram acesso à vacinação. Frisamos ainda que o primeiro caso de morte foi de uma mulher negra, empregada doméstica, Cleonice Gonçalves, de 63 anos, contaminada por sua patroa que havia chegado de viagem de férias ao exterior.

Entre outros autores, Evangelista (2021) ressalta que a pandemia não foi a mesma para todos: no Brasil, os negros morreram mais do que os brancos em decorrência da covid-19. Segundo a autora, enquanto 55% de negros infectados pelo coronavírus morreram, a proporção de óbitos entre os brancos foi significativamente menor, alcançando 38%. Na capital paulista, a taxa de óbitos por covid-19 entre os

1 A pesquisa que originou este artigo trata-se de um trabalho de Pós-doutoramento. Os procedimentos éticos foram avaliados e aprovados pelo COEP.

2 Disponível em: <https://covid.saude.gov.br>. Acesso em 16/02/2023, às 21h15m.

negros atingiu 172 a cada 100 mil habitantes, enquanto para brancos registrou-se 115 óbitos a cada 100 mil habitantes.

Com base nas contribuições de diferentes autores, entre eles Evangelista (2021), constata-se que, as condições de vida de determinados grupos podem torná-los mais vulneráveis ao adoecimento e à morte. Entre os grupos com mais alto risco de adoecer e morrer durante a pandemia, estavam representadas as populações negra e indígena. A autora aponta que o acesso desigual à saúde se refletiu também na vacinação, pois no primeiro semestre de 2021 havia uma discrepância de acesso a ela. Comparando os números de brancos e negros vacinados, verificamos que 3,2 milhões de pessoas que se declararam brancas haviam recebido a primeira dose do imunizante contra o novo coronavírus, enquanto entre a população negra esse número caía para 1,7 milhão.

Conforme mencionado anteriormente, no Brasil, a primeira vítima fatal da doença foi Cleonice Gonçalves, de 63 anos. A vítima contraiu o vírus de sua empregadora, que voltava de viagem da Itália para o Rio de Janeiro. Cleonice Gonçalves era uma mulher negra, hipertensa, diabética e empregada doméstica. Sua morte ganhou as manchetes de jornais internacionais, como em reportagem da *Reuters*: “Uma mulher brasileira pegou coronavírus nas férias. A “empregada” dela agora está morta” (tradução nossa)<sup>3</sup>.

Os trabalhadores não especializados, por não disporem de maiores qualificações profissionais, representam a maior parte da população inserida no emprego doméstico, constituem assim o público potencial da Educação de Jovens e Adultos. Os estudantes da EJA são afetados de forma diversa dos alunos regulares das escolas quando o ensino se transfere para o modo de trabalho remoto emergencial. Como mostram diversos estudos, a maioria deles são pobres, negros e que não possuem acesso e as habilidades requeridas para o uso

3 No original: “A Brazilian woman caught coronavirus on vacation. Her maid is now dead”.

de tecnologias. No que tange às questões escolares, para a maioria dos alunos da EJA tendo em vista a suspensão das aulas presenciais, o contexto da pandemia representou um desafio. Que se revelou ainda maior com relação àqueles adultos que na escolarização se encontram em fases de aquisição de habilidades de leitura e escrita.

Como já apontado em estudos anteriores (Bastos; Eiterer, 2012), e reforçado nesta investigação, a escola simboliza para as mulheres, alunas da EJA, oportunidade de mudança de vida. Elas a veem como a porta para inserção e/ou reinserção no mercado de trabalho; como chance de crescimento profissional, possibilitando-lhes obtenção de renda própria e independência financeira; crescimento pessoal e aumento da autoestima, além de sentimento de igualdade perante maridos, filhos e amigos. No entanto, estes mesmos âmbitos, como vamos constatar, sofreram os efeitos duráveis da pandemia no modo como foram atingidos os seus cotidianos.

Frisamos, portanto, que a maioria das estudantes da primeira etapa do Ensino Fundamental na Eja atua no trabalho doméstico ou trabalho de cuidado remunerado, que se revela uma atividade massivamente feminina. Desses trabalhadores, cerca de 92,4% eram mulheres, como mostra Brites(2008). Quinze anos após, os dados revelam mudanças, mas ainda assim, quanto à distribuição ocupacional no mercado de trabalho, de acordo IPEA<sup>4</sup> (2023), entre os setores com piores condições de remuneração, de estabilidade, de proteção e com a maior participação de negros, vê-se: na agricultura (60,3% dos ocupados são negros), na construção civil (57,9%) e nos serviços domésticos (59,1%). De acordo com dados da PNAD de 2011, existiam naquele ano 6,6 milhões de pessoas trabalhando em serviços domésticos no Brasil, e dessas, 92,6% eram mulheres. O

4 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/sites/002/pdf/08\\_05\\_13\\_120anosAbolicaoVcoletiva.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/002/pdf/08_05_13_120anosAbolicaoVcoletiva.pdf). Acesso em 21/03/2023, às 15h15m.

trabalho doméstico correspondia, em Belo Horizonte, a 16,8% de toda a ocupação feminina.

Segundo a PNAD 2018, eram 4,3 milhões de trabalhadores domésticos informais, dos quais 4,1 milhões eram mulheres e 2,8 eram mulheres negras (mostrando uma queda no número de mulheres trabalhando no serviço doméstico remunerado), a quem o auxílio emergencial se destinava durante a pandemia. Tal auxílio acabou sendo um benefício mais direcionado para as mulheres, com predominância de mulheres negras, refletindo a composição de sexo e raça da própria categoria. Como vimos, a presença das mulheres negras pouco escolarizadas no emprego doméstico é um dado persistente década após década e a fragilidade do vínculo empregatício a que estão sujeitas se revela mesmo com uma década de aprovação da Emenda Constitucional 72/2013.

Em comparação, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) de 2022, do IBGE, o Brasil contava com 5,8 milhões de pessoas ocupadas no trabalho doméstico, equivalente a 5,9% da força de trabalho, das quais 91,4% eram mulheres. Houve pequena queda no número de trabalhadores domésticos e diminuição de cerca de 1% da atuação de mulheres. Além disso, 67,3% eram pessoas negras e no que diz respeito à faixa etária: 1,3% tinha de 14 a 17 anos; 6,9% de 18 a 24 anos; 6,7% de 25 a 29 anos; 35,9% de 30 a 44 anos; 40,2% de 45 a 59 anos e 9% com mais de 60 anos. As entrevistadas deste estudo se encaixam dentro desse perfil: mulheres negras, pouco escolarizadas, na faixa etária compreendida entre 30 a 59 anos.

A PNAD de 2022 reforça esse fator que destacamos antes, apontando outro importante dado sobre as empregadas domésticas naquele ano: 3,3% não tinham escolarização; 38,2% ensino fundamental incompleto (caso das nossas entrevistadas); 12,4% ensino fundamental completo; 9,6% ensino médio incompleto; 32,9% ensino médio completo; 1,5% superior incompleto e 2% ensino superior completo.

Segundo a mesma pesquisa, 56,4% dos trabalhadores domésticos em 2022 eram mensalistas, ganhando em média R\$1.132,00 por mês e 43,6% diaristas, ganhando em média R\$947,00 por mês. Um outro dado importante é que mesmo dez anos após a promulgação da PEC das Domésticas, apenas 24,7% possuíam carteira de trabalho assinada, o que chama a atenção considerando a porcentagem de pessoas que não atuava como mensalista no mesmo ano. Além disso, 52,9% das mulheres que atuavam como empregadas domésticas em 2022 eram as responsáveis pelo sustento da família.

Ademais, segundo os dados apresentados pela PNAD, 13,4% dessas mulheres eram consideradas extremamente pobres, recebendo cerca de  $\frac{1}{4}$  do salário-mínimo; 22,6% eram consideradas pobres, recebendo de  $\frac{1}{4}$  até  $\frac{1}{2}$  salário-mínimo e 60,4% recebiam mais de  $\frac{1}{2}$  salário-mínimo. Dados que consideramos alarmantes, pois apesar da legislação garantir o mínimo de direitos para tais trabalhadoras, vemos que na prática a lei não tem sido cumprida.

Girard-Nunes e Silva (2013) afirmam que mesmo antes da promulgação da PEC das Domésticas, que ocorreu no ano de 2013, houve progressiva melhoria das condições de trabalho e situação de proteção social das empregadas domésticas. No entanto, quando comparado com outras profissões, podemos perceber que o índice de formalização entre as trabalhadoras domésticas ainda era muito baixo.

Tratando da persistente presença do racismo estrutural na correlação com o trabalho doméstico citamos Almeida Neto (2014). O autor afirmou que a atividade de empregado(a) doméstico(a) foi há bastante tempo “definida” em três categorias principais: sexo, classe social e cor. Antes na figura dos escravos (*sic*)<sup>5</sup> e, principalmente, mulheres; hoje, mulheres de classes sociais inferiores, negras e com pouca

<sup>5</sup> Atualmente se usa o termo pessoas escravizadas, mas no texto, mantivemos a expressão utilizada pelo autor.

escolarização. Nesse sentido, é corroborado também por Pinheiro, Tokarski e Vasconcelos (2020), ao afirmarem que esse grupo, composto por mulheres de classes sociais inferiores, negras e com pouca escolarização, em contextos de crise, como a pandemia do coronavírus, é afetado de forma imediata. Segundo as autoras, observou-se o aumento da carga de trabalho, uma vez que suas ações passaram, naquele contexto, por uma total transformação em termos de demandas de cuidado mas ainda também do risco envolvido na prestação do seu serviço de cuidado com a casa, com o outro, com a família alheia.

Assim como Pinheiro, Tokarski e Vasconcelos (2020) apontaram, essas trabalhadoras foram afetadas pelo aumento das demandas de cuidado dentro de sua própria família, tornando mais pesada a carga de trabalho doméstico não remunerado desempenhado por elas. Exercendo uma ocupação marcada por elevada informalidade e baixa regulamentação, estão vulneráveis à perda de seus meios de subsistência, o que pode ocorrer de forma imediata, por vezes sem que haja uma rede de proteção com que possam se respaldar. Para a maior parte delas, os rendimentos não estão garantidos em caso de ausência do trabalho, de adoecimento seu ou de um membro da família que demande seus cuidados. O endurecimento das medidas de quarentena (que foram fundamentais no contexto da pandemia), podiam implicar a perda total dos meios de subsistência. Fato que se deu, como veremos neste artigo.

## 1. EMPREGO DOMÉSTICO, RAÇA E GÊNERO

De modo geral, podemos considerar que no contexto da pandemia de coronavírus, a vulnerabilidade do trabalhador doméstico se ampliou e pôde ser estendida a um cenário de, pelo menos, uma dupla vulnerabilidade. Pinheiro, Tokarski e Vasconcelos (2020) salientam que o tipo de trabalho realizado por

essas mulheres e nas condições em que esse se realiza, expunham-nas, de forma muito intensa, à circulação do vírus. É preciso ter em mente que essas trabalhadoras atuam no interior de domicílios que não lhes pertencem, lidando com corpos e movimentos que estão fora de seu controle. Sendo a maior fonte de transmissão do vírus, o contato social e as partículas expelidas pelos corpos humanos, o trabalho doméstico remunerado dessas mulheres, por demandar obrigatoriamente contato intenso com objetos e pessoas que habitam no domicílio em que exercem suas funções, expunham-nas diariamente ao contágio. Não existindo para elas qualquer possibilidade de controle dos movimentos internos, trânsito externo ou da qualidade do isolamento social de seus empregadores.

Na verdade, conforme mostram as autoras, ao serem mantidas em suas funções rotineiras no contexto da pandemia, rompia-se o isolamento social tanto da família contratante do trabalho doméstico quanto da família da própria trabalhadora, pois essas mulheres utilizando o transporte público, mantinham contato com diferentes pessoas ampliando-se de tal forma as oportunidades de contaminação.

Pinheiro, Tokarski e Vasconcelos (2020) consideram que se a pandemia se iniciou pelas camadas de mais alta renda, a circulação das trabalhadoras domésticas pode ter “atuado” como pontes de transmissão do vírus para as periferias. Constituído-se, assim, um risco de transmissão cruzada que colocou tanto trabalhadoras e as pessoas que por elas eram cuidadas, quanto os empregadores em potencial exposição ao vírus.

Os mesmos autores, diante disso, destacam que o primeiro movimento para garantir a proteção da categoria, naquele momento, se deu no sentido de demandar às famílias empregadoras que mantivessem o pagamento das trabalhadoras domésticas (tanto das diaristas quanto das mensalistas), devendo estas serem dispensadas de prestar serviços, podendo cumprir as

medidas de isolamento social em suas próprias residências. Não existem dados concretos de quantas delas de fato conseguiram entrar em isolamento social sem perda de renda, mas o fato é que, ainda que possivelmente venham a ser uma minoria, ao fim, também essas foram afetadas com a manutenção e a ampliação do período de isolamento social. Com o passar do tempo e a manutenção das medidas de afastamento social, cada vez mais famílias empregadoras deixaram de manter esse “arranjo” que lhes garantia um suporte financeiro, o que tornou a realidade das trabalhadoras domésticas ainda mais difícil.

Muitas delas, conforme apontaram Pinheiro, Tokarski e Vasconcelos (2020), continuaram exercendo suas atividades em ritmo normal durante a pandemia. Muitas outras foram dispensadas sem a manutenção dos rendimentos, o que representou um impacto em termos de diminuição de sua renda e condições de existência (como se verifica com nossas entrevistadas, como mostraremos a seguir). Destacamos, portanto, que grande parte das trabalhadoras atuava no modelo de faxineira em jornada diária, recebendo apenas quando presta serviços. Mesmo após a PEC das Domésticas, promulgada em 2013, não tinham

no período da pandemia (e ainda uma década após, não têm) acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários.

## 2. AS ENTREVISTAS: EVA, ENY, JANAÍNA, VILMA

Entrevistamos quatro mulheres que, durante o período da pandemia de Covid-19, atuavam como empregadas domésticas e estavam matriculadas em turmas de alfabetização da EJA. As entrevistas com tempo médio de duração de 04 horas, realizadas conforme disponibilidade das entrevistadas, sendo duas remotamente e duas presencialmente, foram gravadas e transcritas. Os dados foram analisados à luz da Análise de Conteúdo. Percebemos que tais mulheres, possuem origem familiar semelhante, inseridas precocemente no mundo do trabalho, passaram parte significativa da vida no trabalho doméstico e a maioria se autodeclara negra. No que diz respeito aos efeitos da pandemia sobre sua vida laboral, verificamos que todas tiveram perda de direitos, queda de renda e de poder aquisitivo.

Para uma melhor leitura desse artigo, abaixo seguem dois quadros com o perfil das mulheres que contribuíram com a nossa pesquisa.

**Quadro 1** – Perfil pessoal das entrevistadas

NOME	IDADE	COR/RAÇA (AUTODECLARAÇÃO)	ESTADO CIVIL	IDADE DOS FILHOS	ORIGEM
VILMA	56	NEGRA	CASADA	27 E 29 ANOS	BELO HORIZONTE/MG
EVA	39	NEGRA	SOLTEIRA	20 E 23 ANOS	BELO HORIZONTE/MG
ENY	64	PARDA	SOLTEIRA	38 E 42 ANOS	ALMERANA/MG
JANAÍNA	44	BRANCA	SOLTEIRA	27 E 29 ANOS	VITÓRIA DA CONQUISTA/BA

**Fonte:** dados da pesquisa

Vemos que o grupo em questão, de mulheres negras, adultas matriculadas em turmas de alfabetização antes da pandemia, se constituiu de

mães, com filhos com mais de 20 anos de idade. Quanto às suas ocupações, apresentamos o quadro abaixo:

**Quadro 2** – Perfil profissional das entrevistadas

NOME	FONTE DE RENDA ANTES DA PANDEMIA	FONTE DE RENDA APÓS A PANDEMIA	RENDA MENSAL ANTES DA PANDEMIA	RENDA MENSAL DEPOIS DA PANDEMIA
VILMA	DIARISTA	VIVE DE AUXÍLIO DOS FILHOS	R\$1800,00	NÃO POSSUI RENDA PRÓPRIA.
EVA	EMPREGADA DOMÉSTICA	CAIXA DE SUPERMERCADO	1 SALÁRIO MINIMO	1 SALÁRIO MINIMO
ENY	LAVADEIRA/PASSADEIRA	LAVADEIRA/PASSADEIRA	R\$1440,00	MEIO SALÁRIO MINIMO
JANAÍNA	DIARISTA	DIARISTA	R\$1800,00	R\$1600,00

**Fonte:** dados da pesquisa

Elas têm em comum, como destacamos, a inserção precoce no mundo do trabalho e o abandono da escola. Constituem ainda um grupo que, no período imediatamente anterior à pandemia, se encontrava após décadas de uma trajetória no serviço doméstico, estabilizado nos seus afazeres, dominando uma série de saberes e estratégias que lhes garantia alguma autonomia no seu cotidiano e no exercício laboral, ainda que privadas do acesso aos direitos trabalhistas. Um serviço que exige vigor físico e cuja estabilidade, no entanto, será duramente atingida pela crise sanitária, revelando a fragilidade de seu cotidiano. Apresentamos a seguir um breve perfil de cada uma delas antes da pandemia:

**Dona Eny** nasceu em Almenara, Minas Gerais, em uma família de sete irmãos. Os pais trabalhavam em uma fazenda e, desde muito novos, os filhos foram inseridos nos afazeres. Aos 17 anos, se mudou para a cidade de Belo Horizonte com uma irmã, em busca de melhores oportunidades de trabalho. Ambas passam a atuar como empregadas domésticas em residências. Ela destaca que era a opção que lhe restava, por falta de estudo:

Eu e minha irmã mais velha viemos para a capital para buscar emprego melhor, que na nossa cidade não tinha. Mas acabamos trabalhando como empregadas mesmo. Mas pelo menos tinha salário e tínhamos onde morar, porque tanto ela quanto eu morávamos no trabalho.

Quem não estuda não tem muita oportunidade e a gente não estudou quando devia, porque tinha que mexer com outras coisas, ajudar em casa, ajudar com os irmãos (Eny, 2024).

**Janaina Silva**, 44 anos de idade, sendo a caçula de uma família com mais quatro irmãos, é também inserida no mundo do trabalho desde muito cedo. Ajudava a mãe e as irmãs na cozinha, vendendo refeições no almoço, auxiliando em sua casa. Aos 14 anos de idade, iniciou sua trajetória no emprego doméstico em casas de outras famílias, cuidando de crianças ou da limpeza para cooperar na renda de sua família. Janaína foi mãe aos 15 e aos 17 anos. Filhos de um relacionamento com seu primeiro namorado.

Quando fez 19 anos, mudou-se para Belo Horizonte juntamente com a irmã, que tinha 17 anos à época. Vieram com o objetivo de melhorar de vida, conquistar estabilidade profissional e visando ainda enviar dinheiro para ajudar seus pais, irmãos e filhos na Bahia. Sobre a decisão de deixar seus filhos de apenas 4 e 2 anos aos cuidados de sua mãe em sua cidade natal, Janaína afirma:

Eu não ia ter condições de dar uma vida boa, decente para eles aqui, sabe? Não tinha oportunidade, nada. Então a melhor decisão era sair e buscar um lugar que eu pudesse ganhar mais e dar uma vida melhor, diferente da que tive para eles. Mas que doeu, doeu, porque largar filho pra trás é ruim, mesmo sendo com a mãe da gente.

Mas como eu ia trabalhar e olhar os meninos? (Janaína, 2024).

Ao chegar a Belo Horizonte, há cerca de 27 anos, começou a realizar faxinas como diarista em casas de família indicadas por pessoas que conheceu na cidade. Porém, Janaína frisa que não era a profissão que esperava encontrar quando saiu de sua cidade natal. Ela desejava algo mais bem remunerado, com maior estabilidade e maior prestígio social. Mesmo sendo uma realidade distante de suas expectativas, com o passar do tempo se estabilizou na ocupação. Sua irmã retornou para a Bahia a alguns anos atrás, para ficar próxima à família, mas Janaína optou por permanecer na capital mineira. Após quase 30 anos, com a experiência e as referências dadas pelos seus patrões, conseguiu no período anterior à pandemia, aumentar o valor da sua remuneração diária, pois atendia a algumas residências fixas durante a semana. Segundo ela, isso torna menos cansativa a rotina do que quando há maior rotatividade de casas, cada uma com suas especificidades e rotina diferenciadas.

Trabalhar em várias casas cansa muito. Cada um tem um jeito, uma forma de como quer o trabalho da gente, do que pode e do que não pode. Então, no início pulava de um lugar pra outro, até aprender como que eles gostavam, era cansativo. Mas aí, com o tempo, um foi indicando pra outro e eu fiquei mais fixa nas casas. Sem ficar em muitas (Janaína, 2024).

**Eva Aparecida**, com 39 anos de idade, também relata a inserção precoce no mundo do trabalho, em casas de família, aos seus 12 anos de idade. Inicialmente, cuidava de crianças menores e com o pagamento recebido contribuía para a manutenção da sua família, composta por sua mãe e mais quatro irmãos pequenos. Relata ainda que “se especializou” no dia a dia, nas tarefas domésticas, melhorando no exercício da função e ampliando a sua fonte de renda ao longo dos anos:

Eu comecei pra ajudar minha mãe, que é mãe solteira de eu e mais três irmãos, olhando criança pequena. Eu tinha uns 12 anos. Aí, cuidava e

ganhava um dinheirinho que ajudava em casa. Olhava o filho de uma vizinha, de outra. Mas aí eu fui aprendendo o serviço de casa e passei a ter mais oportunidade em casas de pessoas que pagavam melhor e que eu ficava numa casa só (Eva, 2023).

As entrevistadas permitem conhecer seus juízos de valor que mobilizam nas escolhas acerca do exercício da sua função. Eva afirma que até o ano de 2020 atuou como empregada doméstica em residências, tendo permanecido por seis anos com a última família. Ela afirma que sempre optou por empregar-se em uma única casa de família, mesmo que, às vezes, isso significasse obter menor rendimento. Segundo ela, dessa forma se cansava menos e entregava um trabalho de melhor qualidade. Relata ainda que a opção de vir a se ocupar de várias residências ao mesmo tempo, atuando como diarista, sempre foi algo que a desagradou, porque cada casa tem uma rotina diferente:

Eu fiquei até na pandemia na mesma casa por uns seis anos. Mas antes eu também ficava em uma casa só, porque eu prefiro ser doméstica do que diarista. Diarista até ganha mais se consegue fechar a semana, mas é muito ruim pular de casa em casa. Em uma casa só a gente pega o jeito daquela família, o que gosta, fica mais à vontade. Eu canso menos e meu serviço é melhor conhecendo o gosto dos patrões. E também penso assim: pode ser menos, mas é certo. Diária não é certo. E numa casa se eu passo mal eu negócio meu dia, na diária se não fui, não recebo (Eva, 2023).

Vemos que há um raciocínio de autopreservação nas escolhas laborais de Eva. Ela relata que uma outra razão de optar por trabalhar em uma única casa, como empregada doméstica, diz respeito ao vínculo que criava com a família empregadora, além de sentir segurança em relação aos patrões do sexo masculino. Eva conta que suas colegas de profissão sempre relataram sofrerem assédio no ambiente de trabalho, por parte dos patrões. Eva afirma que sentia segura e respeitada enquanto mulher, negra e trabalhadora:

E assim professora, tem também a questão de ser parte da família. A gente tá lá todo dia, vira amigo da casa, passa a fazer parte do dia a dia. Aí, cria amizade. Passam a respeitar a gente. E eu sempre tive medo de homem mexer comigo. A senhora deve saber que muita empregada o patrão quer ter alguma coisa. Tenho colegas que já mexeram muito com elas. E eu tenho medo disso acontecer comigo, porque eu não sei o que faria. Imagina a patroa, sua amiga e o marido dela mexendo com você? É errado, eu ia contar e perder o trabalho. Então, assim, eu sempre sou de cara fechada, não dou liberdade. E acho que estando com eles sempre, eles respeitam a gente mais. Vê a gente como alguém da casa, não como mulher, entende? (Eva, 2023).

**Vilma de Souza**, 56 anos de idade, nasceu em Belo Horizonte. Mesmo residindo na capital do estado, local de, a princípio, maior facilidade de acesso à escola, não concluiu o ensino fundamental. Segundo ela, quando criança apresentava muita dificuldade de aprendizado e não conseguia acompanhar bem os conteúdos na escola. Além disso, seus pais, não sendo escolarizados, não cobravam dos filhos em relação aos estudos. Assim, em uma família de origem humilde, sem perceber o incentivo dos pais para permanecer, somadas às suas dificuldades de aprendizagem, Vilma abandonou a escola aos 14 anos de idade. Cursava a antiga “3ª série” do ensino fundamental. Começa, assim, a atuar no serviço doméstico na casa de uma família. Relata a seguir a sua inserção e aprendizagem do trabalho:

A vizinha da minha tia sabia de uma mulher que queria alguém para trabalhar com ela e que preferia menina nova, para ela poder ensinar do jeito dela. Aí, eu pensei que ia ser bom, porque na escola eu não estava aprendendo mesmo, estava ficando moça. Eu trabalhando ia ter dinheiro pra mim e pra casa, ia poder comprar carne todo fim de semana (risos). Não pensei duas vezes e parei de ir pra escola e fui trabalhar na casa dela. Mas assim, foi difícil também. Porque minha casa era pequena, a dela grande com muitos móveis, não podia quebrar nada, tinha um jeito certo para fazer tudo, custei a pegar esse jeito. Mas a carne eu comia todo fim de semana (risos) (Vilma, 2023).

### 3. AS VIDAS EM CRISE

Em 2020, no período de pandemia, dona Eny exercia as funções de lavadeira e passadeira duas vezes por semana, recebendo por dia o valor de R\$180,00. A família, composta pelos pais (ambos arquitetos) e seus dois filhos adolescentes, também tinha uma diarista duas vezes por semana que se ocupava de toda a limpeza da casa.

Na pandemia de covid-19 ela foi demitida, assim como a diarista da casa, pois seus patrões estavam em isolamento. Como dona Eny e a diarista moravam em bairros mais distantes, preocupados com a contaminação do coronavírus, decidiram despedi-las. Ambas foram dispensadas sem receber nenhum valor extra e nenhum acordo ou previsão de retorno confirmado.

Eles em casa não precisavam da gente. Aí, dispensaram a gente. Mas como ninguém era fichada, não teve acerto. Aí, tive que me virar com o que tinha guardado por um tempo. Até porque não me falaram quando a gente voltava, porque era pandemia e ninguém sabia quanto tempo iria durar (Eny, 2024).

Vemos mais uma vez, exposta nessa situação acima relatada, a fragilidade das trabalhadoras domésticas diaristas, por não possuírem vínculos empregatícios formais. E chama a nossa atenção não se manifestar nenhum tipo de preocupação com o bem estar delas, quando a sua fonte de renda é retirada, apesar de, como aponta Eny, se referirem a ela como “da família”:

Eu fiquei sentida de sair de lá. Gostava muito. Porque vi os meninos crescer. E eles sempre falavam que eu era da família. Os meninos até me chamavam de tia Eny. Aí, não chateei de sair, porque era complicado mesmo. Mas chateei de não me ligarem, de não me procurar depois que saí. Pensei até será que já não queriam isso e foi uma oportunidade (Eny, 2024).

Janaína relata que recebia por mês, aproximadamente, R\$2.800,00 com suas diárias, labutando quatro dias por semana. Valor esse que, segundo ela, era suficiente para enviar di-

nheiro para sua família. Uma vez ao ano visitava seus filhos, mãe e demais familiares, justificando a visita anual pelo alto preço das passagens e o longo tempo de viagem. Relata ainda que durante esses anos, seus filhos poucas vezes vieram a Belo Horizonte visitá-la.

Então, com esse valor dava para o aluguel, minhas contas de água e luz, comida, e mandava todo mês para minha mãe comprar as coisas para ela e para eles. Eu só não tinha como ir sempre, porque as passagens são caras, a viagem demora. Acaba gastando muito, então uma vez por ano, na época de Natal eu ia matar as saudades. O resto era só celular (Janaína, 2024).

Janaína menciona as muitas saudades que sentia de seus filhos, mas afirma que nunca se deixou sentir culpada por estar longe deles. Frisa que o fato de trabalhar em outra cidade garantiu uma vida melhor para os filhos, ressaltou que a única preocupação dos dois jovens deveria ser estudar.

Às vezes alguém perguntava assim: “Você tem filho?”. Aí, eu falava que tinha e moravam com minha mãe. Olhavam com cara de que eu não era boa mãe, mas eu não me deixava me sentir culpada, eu amava eles e queria dar o melhor. Deixar eles só pra estudar. Queria tênis? Eu mandava o dinheiro. Precisava de roupa? O dinheiro vinha pra eles. Eu sentia saudade, mas era o jeito de fazer a vida deles melhor que a minha foi (Janaína, 2024).

Eva durante o período da pandemia, mais precisamente no ano de 2020, foi demitida da casa na qual estava empregada. Seus patrões residiam num bairro distante de sua moradia e estavam muito preocupados, com medo de serem contaminados pela covid-19, pois para chegar até o local, Eva precisava utilizar o transporte público. Segundo a entrevistada, chegaram a propor a ela que, durante a pandemia, permanecesse na casa deles para evitar um possível contágio. Porém, Eva avaliou que não poderia deixar sozinha sua filha, que na época tinha apenas 17 anos. Diante de tal situação, foi dispensada com a promessa de ser recontratada pela família após a pandemia, o que não aconteceu.

É assim, eu moro aqui no São Benedito e a casa que eu trabalhava era lá no Lourdes. Eu não tenho carro e nem moto, ia de ônibus. Um dia, no início da pandemia, não tinha vacina, e eles me chamaram e falaram que eu pegava ônibus, que tinha muita contaminação e aí tinham medo de pegar o covid e levar pra eles. Porque tava todo mundo preocupado naquela época. Então, eles perguntaram se eu não podia ficar morando lá porque aí não ia sair, não pegar ônibus, não ia precisar ver ninguém e não corria risco de pegar covid. Mas como que eu deixava minha menina sozinha? Ela cuidando dela, da casa, sozinha. Não dava. Então, não teve jeito. Eles me mandaram embora e iam me chamar depois da pandemia, mas passou muito tempo e não me chamaram mais (Eva, 2023).

Sem o vínculo como empregada doméstica, Eva buscou alternativas de obtenção de renda durante a pandemia, afinal apenas ela respondia pelo sustento de sua casa. Conseguiu empregar-se em uma rede de supermercados próxima a seu domicílio e, embora não se tratasse de sua profissão, aceitou o posto como caixa de supermercado, mesmo no período de pandemia quando o recomendado era o isolamento social.

Quando a gente precisa não dá pra escolher. Aí, pensa: eu precisando de dinheiro, levei currículo no supermercado “X”, aqui perto, porque supermercado sempre tem vaga. Sempre chama. E na pandemia ele funcionou normal. Aí, me chamaram pra ir pro caixa. Peguei, né? Mas não era bem o que eu queria, o que eu estava acostumada (Eva, 2023).

Apesar de o contrato de trabalho no supermercado ser assinado em carteira, com a garantia de acesso a um pagamento mensal (salário mínimo) e a outros direitos trabalhistas, Eva afirma que prefere a ocupação como empregada doméstica. Se conseguir, afirma que quer retornar a esse tipo de função e faria a opção por deixar o supermercado. Chama a nossa atenção quando considera que como empregada doméstica apenas não tinha acesso a carteira assinada, direito que consideramos tão importante para os trabalhadores de todas as áreas. Aparentemente, ela não se valoriza seguro-saúde ou FGTS.

Olha, aqui eu tenho o salário, carteira, tudo certinho. Mas é quase igual nesse ponto. Porque em casa de família eu também tinha o salário, as férias. Lá eu só não tinha a carteira assinada (Eva, 2023).

Quanto às razões para “preferir” atuar no serviço doméstico, relata ter mais liberdade e autonomia em relação aos horários de sua jornada e realiza as atividades “em seu ritmo”, além da ausência de supervisão direta dos patrões, que dava a ela uma sensação de liberdade durante o trabalho. Portanto, ela manifesta sentir a perda de um certo grau de autonomia da qual desfrutava, que para ela significa uma vantagem do serviço doméstico.

Sinto muita falta do meu trabalho mesmo. Eu gosto de ser empregada. Olha, no supermercado eu tenho que cumprir horário, não tem como ser no meu tempo, é tudo uma correria só. Tem hora que é um cliente atrás do outro. E largo dez da noite, não importa se tem cliente ou não. Antes, era o céu.... Eu ficava praticamente sozinha a semana toda, aí fazia tudo no meu tempo, sem ninguém ali de cima, sabe? Sozinha, se eu cansava, ia ver novela à tarde, descansava. E não tinha que cumprir um horário, eu tinha que fazer minha obrigação. Então, sendo já na parte da tarde e eu tivesse acabado tudo podia ir embora, podia ser 14, 15, 16, entende? Aí, é isso, eu queria voltar a trabalhar em casa de família, muito melhor (Eva, 2023).

Percebe-se que Eva avalia, decidindo o que é melhor para ela, de maneira um tanto imediatista, sem pensar a longo prazo, uma vez que não valoriza a contribuição previdenciária ou futura aposentadoria. Já Vilma de Souza, após sua primeira experiência profissional, passou a atuar como diarista, pois assim aumentava a sua renda mensal, apesar das incertezas em relação a não ter um salário fixo e seguro saúde. Segundo ela, “foi se especializando” com as experiências vivenciadas e até o ano de 2020 atuou desta forma:

Olha, a cada casa que eu trabalhava ia me especializando ali mesmo, com as regras de cada casa, com o que me mandavam fazer. Aprendia sobre produtos e com isso eu fui sempre tendo casa para limpar. O ruim é que não tinha um fixo,

dependia de quanto eu trabalhasse. Se ficasse doente, não recebia, entende? Mas eu trabalhei assim até 2020, que foi quando tudo desandou e eu parei de trabalhar (Vilma, 2023).

Ela se refere a “quando tudo desandou” porque, em 2020, devido à pandemia, seus dois filhos avaliaram ser melhor ela deixar de prestar serviços na rotina de faxinas para preservar sua saúde. Vilma constituía parte do grupo de risco, possuindo diabetes e obesidade. Segundo seu relato, seus filhos se preocupavam com o fato de ela, na semana, frequentar três residências distintas e manter contato com diferentes pessoas, podendo se contaminar. Acrescido o risco decorrente do uso de transporte público em um momento em que ainda não havia vacinas disponíveis.

Aquela pandemia deu medo. A gente não sabia ao certo o que ia acontecer. E eu trabalhava na casa dos outros, né? Pegava nas toalhas, talheres, copo, tudo. Então, meus filhos ficavam preocupados de alguém ter covid e me pegar. E eles também achavam ruim porque eu tinha que ir de ônibus e encontrar com muita gente. E a conta era sim, três casas, cada uma com três ou quatro pessoas, que encontravam com não sei mais quantas pessoas, aí meus meninos ficavam preocupados e falavam muito comigo que eu ia pegar covid (Vilma, 2023).

Porém, para ela, deixar de exercer sua ocupação significava deixar de obter renda. Diante disso, seus filhos, em regime de trabalho remoto, se prontificaram a contribuir com as despesas da casa dos pais, para que a mãe ficasse em segurança. Seu esposo havia sido dispensado de comparecer ao trabalho durante alguns meses de 2020, pois a obra em que atuava se encontrava paralisada, também permaneceu recebendo rendimentos. Assim, ela foi a única a sofrer a perda do próprio rendimento em sua família. E, muito embora contasse com esse suporte familiar, ressentiu-se da perda da autonomia. Ela complementa:

E assim, no fundo, a maior preocupação deles era porque eu sou gorda, então, tinha mais riscos, fora a diabetes. Aí, falaram tanto que acabei concordando em sair, porque dispensada eu não fui.

Teve colega minha que a patroa falou: “Fica em casa e quando melhorar você volta”. Algumas até pagaram o valor da faxina pra ajudar, porque sabem que a gente só tem se vai trabalhar. Mas no meu caso não. Meu marido ficou em casa, porque a obra parou, recebendo. Meus filhos ficaram trabalhando de casa, então só eu ia sair. Aí, eles falaram que me davam um dinheiro para minhas coisas e tive que concordar (Vilma, 2023).

### 3.1 – O CUIDADO POSSÍVEL: A SOBREVIVÊNCIA

Durante um período, portanto, Dona Eny utilizou parte de suas economias e permaneceu em casa, em isolamento, conforme recomendado pelo Ministério da Saúde. Porém, com o passar do tempo, precisou de uma nova fonte de renda. Ela não contribuía para a previdência com regularidade, logo não poderia se aposentar e se viu sem sua renda, que totalizava mais de um salário-mínimo mensal. Começou a passar roupas para seus vizinhos e conhecidos do bairro. Segundo relata, a vantagem desta solução é não precisar utilizar transporte público e nem perder tempo com grandes deslocamentos. O ponto negativo apresentado por ela é o fato de o valor da diária paga em seu bairro ser menor, devido ao poder aquisitivo dos vizinhos ser mais baixo. Relata que, com seus antigos patrões recebia R\$180,00 por dia, sendo duas diárias garantidas na semana. Com seus vizinhos passou a receber um valor de R\$80,00.

No caso de Janaína, sua vida profissional também sofreu as consequências diretas da pandemia. Foi dispensada das duas casas em que trabalhava. Manteve-se em isolamento social por alguns meses, conforme recomendado, mas dessa forma, sem a sua renda mensal, além de cortar despesas e economizar, precisou utilizar suas economias para arcar com o aluguel e contas fixas como água e luz. Também interrompeu provisoriamente a remessa mensal que enviava para sua mãe e seus filhos.

Com o passar dos meses, avaliou que não teria mais condições financeiras de permanecer residindo em Belo Horizonte e decidiu retornar

para a sua cidade de origem. Relata que esta não foi uma decisão fácil, mas era necessária naquele momento. Ressalta que sentiu como uma espécie de fracasso, de retrocesso, voltar a morar com sua mãe, já que veio para BH para melhorar de vida, não só a dela, mas a de sua família também.

Na Bahia, em sua cidade de origem, Janaína continua prestando serviço doméstico em residências familiares. Porém, queixa-se de o valor do pagamento por uma jornada como diarista ser muito inferior ao que recebia em Belo Horizonte. Aponta que recebe cerca de R\$ 100,00 por diária, ao passo que na capital mineira, quatro anos antes, recebia cerca de R\$160,00. Tal diferença de renda afeta diretamente seu poder de compra, considera que o que ameniza um pouco a sua situação é o fato de não ter mais o gasto com o aluguel, uma vez que passou a morar com sua mãe.

Eva não atua mais no serviço doméstico, como vimos anteriormente. Quando foi dispensada da residência em que trabalhava e com a necessidade de cuidar da sua filha adolescente, Eva, ao conseguir um emprego em uma rede de supermercados, iniciou um novo exercício laboral mesmo no momento mais crítico da pandemia. Percebemos que a necessidade de sobrevivência foi fator decisivo para não priorizar o isolamento e permanecer em casa.

Já Vilma relata que ficou doente durante o período de pandemia. Ela iniciou um quadro de depressão com o qual lida até os dias atuais. Segundo ela, conforme já relatado anteriormente, deixou o serviço doméstico principalmente a pedido de seus filhos, como uma forma de preservar sua saúde. Mas, dessa forma, sem trabalhar e estudar, perdeu as oportunidades de convivência com outras pessoas. Somado a isso, um medo grande de adoecer ou que alguém próximo adoecesse e/ou vir a falecer. Ela passou a sentir falta de sua rotina e a se sentir muito sozinha. Além disso, queixa-se de que tendo parado de atuar como diarista, seus filhos passaram a ajudar nas despesas, ela já não possui a mesma liberdade de comprar o

que gostaria, perdendo assim um pouco da sua autonomia e até identidade.

A situação se agravou quando, após o fim da pandemia, Vilma não conseguiu retornar para a função nas casas onde atuava, pois já havia sido substituída. E, conforme relata, em sua idade, recolocar-se no mundo mercado de trabalho é mais difícil, ainda mais se tratando de uma função que requer muita disposição física:

Igual falei, ficar em casa é muito ruim. Na época do covid era ruim, mas todo mundo também estava. Agora todo mundo saiu e eu continuei. Sinto falta de passar meu batom vermelho, colocar meus colares e sair, de ver gente. Eu não tenho escola, não tenho trabalho. A escola, você sabe, fechou. E não acostumei com outra. O trabalho, saí e colocaram gente no meu lugar. E por indicação não achei ainda outros lugares, porque saí, perdi. E não sou jovem, sou gorda. Isso tudo conta, porque tem que ter ânimo para dar conta de casa, janela, em cima de armários. Aí, os meninos ajudam aqui mesmo. Mas é diferente de quando eu saía do trabalho e comprava o que eu queria. Eles não questionam nada, é eu mesma. Por que eu vou ficar gastando com roupa? Eles têm mulher. O que elas iam pensar de me ver só de roupa nova com dinheiro que podia ver usado na casa delas? (Vilma, 2023).

Os depoimentos revelam as condições de vulnerabilidade a que estão expostas essas mulheres trabalhadoras no momento da crise sanitária. Se a crise atingiu amplamente a todos, passados alguns anos, para essas mulheres os efeitos ainda perduram, como veremos a seguir.

### 3.2 - O TRABALHO DOMÉSTICO NO CONTEXTO DA PANDEMIA

A empregada doméstica retratada como “parte da família”, apesar da forte denúncia feita pelas organizações de trabalhadoras domésticas, é ainda uma imagem frequentemente utilizada e um discurso recorrente, em geral, acionado para descaracterizar a relação de trabalho e, por consequência, os direitos a ela associados, conforme afirmam Ávila e Ferreira (2020).

As autoras afirmam que a pandemia levou muitas trabalhadoras domésticas para dentro das casas de patroas por exigências patronais,

fazendo retroceder, mesmo que de forma temporária, um direito adquirido e vivido como uma experiência de cidadania fundamental. Independentemente do tempo de duração dessa situação, ela também revela a relação de poder e desapropriação que segue sendo praticada nessa relação de trabalho. Para reduzir a possibilidade de contágio de empregadores e empregadoras, era possível que práticas de controle e “assepsia” ostensivamente discriminatórias fossem condutas comuns implementadas por eles.

Se o vírus foi trazido por empregadores e empregadoras de trabalhadoras domésticas e a partir daí chegou até as periferias, a realidade da desigualdade social no país já evidenciava que seria nas periferias que o vírus seguiria circulando, dadas as condições de vida. Por sua vez, de acordo com Ávila e Ferreira (2020), o caminho de volta da periferia aos bairros nobres seria necessariamente interditado pela constituição de diferentes fronteiras e barreiras políticas e sociais. Essa interdição para que o vírus não invertesse sua rota original, poderia muito possivelmente recair sobre o corpo da trabalhadora doméstica por meio de práticas de controle da mobilidade urbana baseadas na classe, na raça, e no gênero.

Em relação a nossas entrevistadas, percebemos claramente facetas do padrão descrito acima. Dona Eny, durante a pandemia de covid-19 foi dispensada, assim como a outra diarista da casa, pois seus patrões estavam em isolamento domiciliar. Todas as entrevistadas foram dispensadas sem receber nenhum valor extra, sem nenhum acordo ou previsão de retorno confirmado. Não houve manifestações de nenhum tipo de preocupação com a sobrevivência e o bem-estar de tais trabalhadoras quando as fontes de renda delas foram retiradas. Apesar do discurso reincidir em, como apontou a própria Eny, “ela era da família”.

Otto (2014) já sinalizava que a empregada doméstica se encontrava em um ponto de tensão na sociedade brasileira, entre o público e o privado. Ainda que a regulamentação por meio

da PEC das Domésticas reconfigurasse o papel dessa funcionária dentro de casa, reforçando o caráter profissional da atividade, ainda era e é comum ouvir que as domésticas são “como se fossem da família”.

Em relação à “como se ser da família”, como já apontaram Guimarães e Vieira (2020), é possível perceber como podem ser fluidas as fronteiras entre trabalho, trocas e reciprocidade, e assim, fazer com que os arranjos subjacentes às relações sociais de “ajuda” possam ser constante e facilmente renegociáveis, dando lugar a múltiplas configurações dessa relação de cuidado e, vemos que nem sempre beneficiando as trabalhadoras.

Eva, que já trabalhava há seis anos na casa da mesma família, foi dispensada porque seus patrões estavam muito preocupados, com medo de serem contaminados pela covid-19. Eles propuseram a ela residir na casa deles, para evitar contato com outras pessoas e um possível contágio. Porém Eva, que também é mãe, priorizou os cuidados com sua filha adolescente. Foi demitida com a promessa de ser recontratada pela família após a pandemia, o que não aconteceu.

Janaína foi dispensada das duas casas em que atuava no período de isolamento social. Sem a sua renda mensal, precisou cortar despesas e, posteriormente, retornar para sua cidade de origem, pois não conseguia mais se manter em Belo Horizonte. Já Vilma, deixou seu trabalho a pedido dos filhos, para se cuidar no momento da pandemia. Porém, não recebeu acerto ou quaisquer gratificações de seus antigos empregadores.

No documento “Cuidar, verbo coletivo, diálogo sobre o cuidado na pandemia da Covid-19” organizado por Angotti e Vieira (2020), fruto de uma coletânea de podcasts realizados durante a pandemia de Covid-19, Luiza Batista Pereira, Presidenta da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad) e dirigente do Sindicato de Trabalhadoras Domésticas do Recife, aponta que durante a pandemia empregadores afirmavam para as trabalhadoras que se

não quisessem permanecer direto na casa em que trabalhavam, para não estar no transporte público, então poderiam pedir demissão ou seria demitida, porque eles não aceitariam que elas se expusessem ao vírus. Mas, também não queriam pagar o salário da trabalhadora para ela ficar em casa. Certamente, a trabalhadora não podia ser responsabilizada pelo que estava acontecendo e de fato não tinha muita escolha a fazer. Mas, segundo Luiza Batista, para alguns empregadores era a ideia de que “se eu pago, então eu posso tudo”.

Nesse contexto, Araújo e Oliveira (2021) apontam, corroborando nossos dados, que a realidade das trabalhadoras domésticas durante a pandemia foi de acirramento da condição de vulnerabilidade, tanto sanitária quanto trabalhista, e apontam como principais elementos: a proximidade física característica do trabalho doméstico; a maior exposição no deslocamento até o trabalho, por dependerem do transporte público; a impossibilidade do trabalho remoto; o maior risco de demissão ou afastamento não remunerado; a sobrecarga causada pelo acúmulo de trabalho pago e não pago diante da redução, naquele momento, da disponibilidade de serviços de educação, acolhimento, alimentação e cuidados, que afetou tanto empregadores como as famílias das próprias trabalhadoras.

No que diz respeito ao isolamento na pandemia, recomendado pelo Ministério da Saúde, vimos que nossas entrevistadas se mantiveram por pouco tempo ou, às vezes, em nenhum isolamento. De mesmo modo, com relação a esse contexto de extrema vulnerabilidade e desproteção social, Pinheiro, Tokarski e Vasconcelos (2020) se perguntavam como exigir dessas trabalhadoras que deixassem de trabalhar para fazer isolamento social? O que verificamos é a necessidade da manutenção da sobrevivência exigindo que buscassem alternativas.

Durante um período, após ser dispensada do trabalho, Dona Eny utilizou parte de suas economias e permaneceu em casa, em isolamento. Porém, sem sua renda mensal, após alguns

meses iniciou uma nova prestação de serviços como passadeira na casa de seus vizinhos. Nessa nova atividade, não utilizava transporte público e tinha contato com menos pessoas. No caso de Janaína, quando foi dispensada das duas residências onde atuava, manteve-se em isolamento social por alguns meses, mas com o fim de suas economias e os custos de aluguel e contas pessoais, mudou-se para a casa de sua mãe na Bahia e iniciou a prestação de serviços como diaristas lá, mesmo ainda estando no período de pandemia.

A entrevistada Eva, quando foi dispensada da residência em que estava empregada, iniciou um novo posto de trabalho como caixa de supermercado mesmo no momento mais crítico da pandemia. Percebemos que no caso de Eny, Janaína e Eva, a necessidade de sobrevivência foi fator decisivo. Por sua vez, Vilma foi a única que deixou o trabalho por desejo próprio e a única que se manteve em isolamento social. Vilma atendeu a um pedido dos filhos de ficar em casa, como uma forma de preservar a própria saúde. Ela é a única a poder dispor do apoio financeiro da rede familiar, contando com os filhos adultos e o esposo.

Pinheiro, Tokarski e Vasconcelos (2020) reforçaram que as empregadas domésticas ou diaristas, como exerciam uma ocupação marcada por elevada informalidade, estavam vulneráveis à perda de seus meios de subsistência. Dessa forma, para a maior parte delas, os rendimentos não estavam garantidos em caso de ausência do trabalho ou adoecimento. Sendo assim, as medidas de isolamento social, tão fundamentais no contexto da pandemia, poderiam implicar a perda total dos meios de subsistência dessas mulheres. E, no caso, como vimos, impactaram diretamente as suas condições de sobrevivência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse estudo, a nosso ver, reforça a necessidade de políticas públicas que enfrentam as desigualdades de raça e gênero, construindo

condições de superação da vulnerabilidade que vivenciam as mulheres que se dedicam ao serviço doméstico no Brasil.

As histórias de nossas entrevistadas têm pontos em comum, antes do período da pandemia estavam matriculadas na escola e empregadas, garantindo sua independência financeira. Durante a pandemia viram tudo isso mudar.

No que diz respeito a Vilma, o que se percebeu no decorrer de sua entrevista é que se tratava de uma senhora muito ativa, trabalhando, estudando, socializando com diferentes pessoas até meados de 2020. Com tudo arrancado dela, perdeu a escola que tanto gostava, a convivência com os colegas, o trabalho, a renda própria e a autonomia para definir como gastar seu dinheiro. O que se vê é a pandemia e suas consequências, todas as mudanças que se desencadearam em sua vida após esse período contribuíram para que hoje ela se sinta desanimada e triste como demonstrou, depressiva, com crises de pânico e persistente dificuldade de sair de casa, mesmo passado algum tempo após a crise sanitária, inclusive chorando em diferentes momentos ao longo de sua narrativa.

Verifica-se que Janaína no momento não está estudando devido às dificuldades de conciliar jornada diária com o horário da escola, pois a escola fica localizada longe de sua casa e de seu trabalho; além do cansaço, pois residindo com sua mãe e filhos, passou a ter obrigações em casa que não tinha quando vivia sozinha. Ainda assim, afirma que logo que possível retomará seus estudos, pois acredita que por meio deles conseguirá melhores oportunidades de emprego.

Em relação ao trabalho, mesmo sendo consideradas como “parte das famílias empregadoras”, nossas entrevistadas foram dispensadas sem nenhuma manifestação de preocupação sobre como iriam se sustentar financeiramente sem a única fonte de renda de que dispunham.

Eny, que “era da família”; Eva, que estava na mesma casa há seis anos; Janaína, que não tinha família em Belo Horizonte; Vilma, que devido a comorbidades precisou parar de trabalhar:

nenhuma delas recebeu acerto ou quaisquer gratificações de seus antigos empregadores. Vimos que, na maioria dos casos, a necessidade de sobrevivência foi fator decisivo para buscarem novas fontes de renda para subsistência, em vez de priorizarem o isolamento.

Diante de todo o exposto, com base nos relatos de nossas entrevistadas, algo em comum nos chamou a atenção na trajetória de todas elas: vivem em seu dia a dia, ainda agora, as consequências da pandemia. Convivem diariamente com os resultados das mudanças ocorridas naquele período no que diz respeito à vida escolar e profissional.

Lidaram e lidam ainda hoje com consequências de questões emocionais como medo da doença, ansiedade pela vacinação e pelas mortes ocorridas naquele período. Suas vidas mudaram, passaram a dispor de menor renda, perderam os seus antigos postos de trabalho, sentiram-se sozinhas, afastaram-se da escola. A pandemia, na trajetória delas, significou uma mudança de vida e de planos, sem que tivessem controle e/ou tempo de reorganizarem ou replanejarem suas vidas, seus sonhos e projetos.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA NETO, Francisco Sérgio de. *Abrem-se as portas da senzala? Análise da dinâmica da ação coletiva das filiadas ao sindicato das empregadas domésticas de João Pessoa* – PB. 2014. 176 f. Dissertação (Mestrado em Administração). Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.
- ANGOTTI, Bruna; VIEIRA, Regina Stela Corrêa (org.). *Cuidar, verbo coletivo, diálogo sobre o cuidado na pandemia da Covid-19*. Santa Catarina: UNOESC, 2020. 256 p.
- ARAUJO, Veronica Souza de; OLIVEIRA, Rachel Barros de. Cuida de quem te cuida: a luta das trabalhadoras domésticas durante a pandemia de Covid-19 no Brasil. *Revista Trabalho Necessário*, v. 19, n. 38, p. 126-151, jan/abr. 2021. DOI: <https://doi.org/10.22409/tn.v19i38.48187>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/48187/28410>. Acesso em: 24/04/2024.
- ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica. *Trabalho doméstico remunerado: contradições estruturantes e emergentes nas relações sociais no Brasil*. Recife: SOS Corpo- Instituto Feminista para a Democracia, 2020.
- BASTOS, Ludimila Corrêa; EITERER, Carmem Lúcia. Traçando metas, vencendo desafios: experiências escolares de mulheres egressas da EJA. In: EITERER, Carmem Lúcia;
- CAMPOS, Rogério Cunha. (Orgs.). *Sujeitos sociais, processos educativos e enfrentamentos da exclusão*. 1ª ed. Belo Horizonte: Mazza edições, v. 01, 2012, p. 92-107.
- BENEDITO, Alessandra. *Igualdade e diversidade no trabalho da mulher negra: superando obstáculos por meio do trabalho decente*. 2008. 151 f. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico). Faculdade de Direito, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008.
- BRITES, Jurema. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. *Cadernos Pagu*, n. 29, p. 91-109, jul. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000200005>. Acesso em: 29/08/2023.
- EVANGELISTA, Ana Paula. *Negros são os que mais morrem por covid-19 e os que menos recebem vacinas no Brasil*. Fiocruz: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.
- GIRARD-NUNES, Christiane; SILVA, Pedro Henrique Isaac. Entre o prescrito e o real: o papel da subjetividade na efetivação dos direitos das empregadas domésticas no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*. [S. l.], v. 28, n. 3., p. 587-606, set-dez, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/7Hn-VhjZQJxmQysymVPNNDhL/?lang=pt>. Acesso em: 28/10/2023.
- GUIMARÃES, Araujo Nadya; VIEIRA, Priscila Ferreira Faria. As “ajudas”: o cuidado que não diz seu nome. In.: *Estudos Avançados*, USP, 38, p. 1-18, dez. 2020. Doi: 10.1590/s0103-4014.2020.3498.00.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)*. Rio de Janeiro, 2018. Acesso em: 10/10/2023.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Instrumentos de coleta*. PNAD COVID-19. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos\\_de\\_coleta/doc5586.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc5586.pdf). Acesso em 25/03/2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)*. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2011>. Acesso em: 22/03/2023

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)*. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnadcontinua2022>. Acesso em: 26/12/2023

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *120 anos da Abolição*. Brasília: Ipea, 2023. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/sites/002/pdf/08\\_05\\_13\\_120anosAbolicaoVcoletiva](http://www.ipea.gov.br/sites/002/pdf/08_05_13_120anosAbolicaoVcoletiva). Acesso em 21/03/2023.

OTTO, Natália Bittencourt. Quem consegue viver sem empregada? Gênero e classe social na cobertura da PEC das Domésticas. In: *Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade*, 2014, Juiz de Fora, MG. Anais

do VI Seminário Corpo, Gênero e Sexualidade; II Seminário Internacional Corpo, Gênero e Sexualidade. Juiz de Fora, MG: Lavras, 2014. p. 3318-3333.

PAINEL de casos de doença pelo coronavírus 2019 (COVID-19) no Brasil. [S. l.]. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 16/02/2023.

PINHEIRO, Luana; TOKARSKI, Carolina e VASCONCELOS, Marcia. *Vulnerabilidades das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia de covid-19 no Brasil*. ONU Mulheres: Disoc- Diretoria de Estudos e Políticas Sociais, nº 75, jun., 2020.

SILVA, Julia Canela. *Mulheres que se contam: histórias de vida e narrativas de educandas chefes de família da Educação de Jovens e Adultos*. 1052 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, 2023.

Recebido em: 11/11/2024  
Aprovado em: 23/01/2025